LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

Ata nº 709/2026 da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Verde de Mato Grosso/MS. Aos (08) aos oito dias do Mês de setembro, do Ano de Dois Mil e Vinte e seis (2026), às (08h30min) oito horas e trinta minutos da manhã no prédio onde funciona à Prefeitura Municipal, na Av Eurico Sebastião Ferreira, nº 890. Reuniram-se os seguintes Vereadores: Flávio Roberto Alves de Brito – Presidente; Joanes Pimentel Vieira – 1º Vice-Presidente; Robson Rodrigues Machado – 2º Vice-Presidente; Amauri Olartechea – 1º Secretário; José Armando da Fonseca – 2º Secretário; Carlos da Rocha Pontes; Laurindo Luiz Marchezan; Nivaldo Henrique Pereira de Almeida; Vanilda Lopes dos Santos, Washington Jefferson de Castro e Yhgor Chagas Correa de Melo. Constatando o quórum regimental o Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, invocando a proteção de Deus e em nome da liberdade e da democracia declarou aberta a presente Sessão, agradeceu a presença de todos no plenário. O Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, passou a palavra ao vereador Amauri Olartechea, para fazer a oração do dia. O Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, colocou em discussão a Ata nº 708/2026, da Sessão Ordinária do dia 01 de setembro do ano de 2026, não havendo discussão a mesma foi aprovada por unanimidade. O Presidente Flávio Brito, passou a palavra ao 1° Secretário **Amauri Olartechea**. Fez leitura do Convite de Inauguração da Ótica Joví, que acontecerá no dia 10 de setembro, às 08h na av. Barão do Rio Branco, nº 261, centro. **Ordem do dia:** Fez leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 031/2026. O Parecer foi submetido a discussão. Fez leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, ao Projeto de Lei do Executivo nº 031/2026. O Parecer foi submetido à discussão, vereador **Yhgor Chagas Correio de Melo** cumprimentou o Presidente Flávio Roberto Alves de Brito, os vereadores, os presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais e emissoras de rádio. Iniciou sua manifestação destacando a importância do projeto referente à implantação e fortalecimento do terceiro setor no

LIDO EM 15/09/2026

APROVADO EM 15/09/2026

Município, ressaltando que as associações, instituições e demais entidades desempenham papel fundamental na prestação de serviços à população. Explicou a história do imóvel objeto da proposta, mencionando que muitas pessoas passam pelo local atualmente e não conhecem sua origem. Relatou que, na época em que a região de Nova Rio Verde começou a ser estruturada, houve a intenção de transformar aquele espaço em uma área destinada a projetos sociais do Município. Mencionou a construção de estruturas destinadas ao clube da melhor idade, centro de convivência, instituição de longa permanência para idosos e uma creche, ressaltando que o prédio foi construído por meio de parceria entre o Poder Público e a comunidade. Relatou que a primeira tentativa de funcionamento da creche não prosperou, em razão das mudanças ocorridas na época e da própria realidade das famílias, e que posteriormente houve tentativa de implantação de outro projeto social, denominado Rio Verde Feliz, que também não avançou. Segundo o vereador, posteriormente surgiu a parceria com a Comunidade Kolping e com a Igreja Católica, que já desenvolviam atividades sociais na região, tendo sido realizada concessão do imóvel pelo prazo de 25 anos. Explicou que a concessão anterior chegou ao fim e que o projeto em discussão buscava garantir a continuidade da utilização do espaço pela entidade, agora por mais 20 anos. Ressaltou que a Comunidade Kolping desenvolve trabalho social importante, especialmente por meio da creche, atendendo mais de cem crianças em período integral. Defendeu a aprovação do projeto, afirmando que, quando o terceiro setor funciona adequadamente, quem ganha é a população, pois o Município consegue contar com entidades que desenvolvem serviços essenciais. Destacou ainda que o Poder Público não consegue realizar sozinho todas as ações necessárias e que a parceria com instituições sérias contribui para melhorar o atendimento à comunidade. Vereador **Robson Rodrigues Machado** manifestou-se favoravelmente ao projeto, afirmando que conhecia de perto a história da Comunidade Kolping, inclusive por ter participado de sua fundação. Relatou que a creche funcionava anteriormente no local onde atualmente está situado o centro de catequese dos padres, mas que, com as novas exigências do Ministério da Educação, foi necessário adequar a estrutura para que o atendimento pudesse continuar. Contou que os freis Alexandre e Otávio, juntamente com o saudoso Frei Tomás, se mobilizaram com outras pessoas da comunidade, entre elas Julião, Iracil Casagrande e Ana Andrade para conhecerem o trabalho desenvolvido pela Comunidade em São Gabriel. Segundo relatou, integrantes da comunidade foram até aquela cidade, realizaram cursos e trouxeram para Rio Verde a experiência que posteriormente resultou na criação da Comunidade Kolping Frei Tomás. Relatou ainda a participação de Luciene no Conselho Municipal de Assistência Social e explicou que, à época, o Prefeito Zé de Oliveira concedeu o espaço pelo prazo de 25 anos. Disse que a comunidade possuía inicialmente apenas uma pequena estrutura e que os próprios integrantes realizaram a construção e a adequação da creche, inclusive com a colaboração de seu Antônio da Brita. Declarou-se favorável ao projeto e afirmou que acompanhou de perto o lançamento da Comunidade Kolping, ressaltando que a entidade desenvolve um trabalho de grande importância para as crianças e para as famílias do Município. Vereador

WASHINGTON

LIDO
EM 15 / 09 / 2026

APROVADO
EM 15 / 09 / 2026

Amauri Olartechea durante a discussão, explicou à população que o projeto tratava da renovação de uma concessão existente no Município, cujo prazo anterior havia terminado em 15 de setembro de 2024. Ressaltou que já havia transcorrido praticamente dois anos sem a renovação e que, diante do interesse público envolvido e da importância social da creche, considerava necessária a concessão de mais 20 anos para que a comunidade pudesse continuar administrando e utilizando o espaço. Afirmou ser favorável à proposta e desejou sucesso à Comunidade Kolping, aos profissionais, à direção e a todos que trabalham no local, destacando o excelente serviço prestado às crianças e às famílias. Registrou seu voto favorável. Vereador **Flavio Roberto Alves de Brito** manifestou-se destacando que o Município estava concedendo à Comunidade Kolping mais 20 anos para que fosse mantida a creche. Ressaltou que pais, familiares e pessoas próximas às crianças conhecem a importância do trabalho desenvolvido pela entidade. Parabenizou os vereadores que se posicionaram favoravelmente ao projeto, afirmando que a iniciativa contribui para o crescimento da cidade e para os pais que precisam trabalhar e necessitam de um local seguro e confiável para deixar seus filhos. Também parabenizou a senhora Luciene, que está à frente da Comunidade Kolping, a diretora e todos os funcionários, destacando o amor, o carinho, a segurança e a tranquilidade proporcionados às crianças e aos seus familiares. Ressaltou ainda que a Câmara Municipal, de maneira direta ou indireta, tem contribuído com a creche. Citou que, durante seus mandatos, destinou emendas para melhorias no espaço físico da instituição e afirmou que continuaria contribuindo enquanto estivesse exercendo o mandato. Destacou que outros vereadores também têm ajudado a comunidade e que os 11 vereadores demonstraram disposição para atender a uma demanda importante da população. Afirmou que a tramitação célere do projeto demonstrava a importância da matéria, pois os vereadores deixaram outras atividades para atender uma demanda considerada relevante para o Município. Encerrada a discussão, o projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Presidente **Flavio Roberto Alves de Brito** passou a palavra para o Segundo Secretário **José Armando da Fonseca.** Fez leitura da Moção de Congratulação nº 118/2026, de autoria do vereador Laurindo Luiz Marchezan destinada à senhora Isis Socorro Coelho Marchezan, em razão da inauguração de seu novo consultório odontológico no Município de Rio Verde de Mato Grosso. A moção foi submetida à discussão, vereador **Laurindo Luiz Marchezan** cumprimentou os colegas, os presentes e a população de Rio Verde. Explicou que apresentou a Moção em homenagem à jovem doutora Isis pelo empreendimento realizado, ressaltando que ela não estava iniciando sua atividade profissional, mas mudando de endereço, após mais de três anos de atendimento na Avenida Eurico Sebastião Ferreira. Relatou que a profissional passou a atender na Rua Ipiranga, em um consultório moderno e muito bem estruturado. Parabenizou Isis, seu esposo Martim, seu pai e sua mãe pelo investimento realizado no Município. Ressaltou que, embora não tivesse ocorrido uma inauguração festiva, havia uma "inauguração de serviço", pois o novo espaço representava a continuidade do trabalho profissional da homenageada. Finalizou parabenizando toda a família. Vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** declarou que desejava somar-se à homenagem e subscrever a Moção.

JACHINGTON

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

Destacou que Laurindo estava correto ao reconhecer o trabalho da família, mencionando Sr. João, a professora Deisy e a Dra. Isis como pessoas excepcionais e queridas, que fazem a diferença no Município e também desenvolvem trabalho social. Afirmou que, com o novo consultório, não seria beneficiada apenas a família, mas toda a população de Rio Verde, que passaria a contar com mais uma opção de atendimento. Comparou a estrutura do novo consultório com espaços modernos existentes em cidades como São Gabriel e Coxim e afirmou que Rio Verde também estava alcançando esse patamar. Destacou que o empreendimento foi realizado com recursos privados, sem necessidade de investimento de dinheiro público, e que a família estava criando não apenas um novo endereço, mas uma nova opção para a população. Parabenizou Isis pelo investimento e Laurindo pelo reconhecimento, afirmando que gostaria de subscrever a Moção. Vereador **Flavio Roberto Alves de Brito** parabenizou o vereador Laurindo pela iniciativa. Destacou a profissional Dra. Isis e toda a sua família, ressaltando a importância de acreditar no Município e investir em um empreendimento moderno, de última geração, destinado ao atendimento dos pacientes. Afirmou que quem ganha com a iniciativa é a população de Rio Verde e desejou que Deus continuasse abençoando a profissional. Solicitou ao autor que permitisse que os demais vereadores também subscrevessem a homenagem. Encerrada a discussão, a Moção de Congratulação nº 118/2026 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Presidente **Flavio Roberto Alves de Brito** passou a palavra ao Primeiro Secretário **Amauri Olartechea**. Fez leitura da Moção de Congratulação nº 119/2026, destinada ao senhor Ronie Cezar Coeni, em reconhecimento à sua trajetória de 14 anos como pastor na liderança da Igreja Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul, em Rio Verde. A moção foi submetida à discussão, não havendo discussão foi submetida à votação, moção aprovada por unanimidade. **Grande Expediente:** Vereador **Robson Rodrigues Machado** fez uso da palavra, agradeceu a Deus e cumprimentou os presentes. Comentou sobre o feriado e sobre as atividades realizadas pela comunidade São Francisco de Assis. Também destacou as solenidades cívicas realizadas no dia 7 de setembro, agradecendo ao Secretário de Educação Valter, aos diretores, coordenadores, servidores e ao Instituto Mirim pelo trabalho realizado. Apresentou indicação ao Secretário Municipal de Obras, Ernani da Fonseca, solicitando providências para uma rua localizada no Bairro Nova Rio Verde, atrás do estadio e também no bairro Coronel Manoel Mariano, diante das condições apresentadas pela população. Apresentou também Moção de Congratulação ao senhor Plínio Mateus de Melo, em razão de sua aposentadoria após 39 anos de atuação como oficial de justiça. Ao justificar a homenagem, destacou sua longa trajetória profissional, a dedicação ao serviço público e o trabalho desenvolvido durante todos esses anos. A Moção foi submetida à discussão. O vereador **Amauri Olartechea** parabenizou Robinho pela iniciativa e destacou que Plínio realizou um grande trabalho durante o período em que exerceu sua função, sempre atuando em favor da população e desempenhando suas atividades com excelência. Afirmou que o reconhecimento da Câmara, por meio da homenagem, representava também o reconhecimento da população. Desejou a Plínio uma aposentadoria abençoada, ao lado de sua família, e pediu permissão para

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

subscrever a Moção. O vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** também se manifestou, dizendo que desejava subscrever a homenagem e parabenizar Robinho pela iniciativa. Parabenizou Plínio pelo seu histórico profissional e, de forma descontraída, afirmou que não gostava muito de encontrá-lo durante o exercício da profissão, porque normalmente isso significava algum problema, mas reconheceu que ele realizou um trabalho de grande importância no Judiciário do Município. Desejou que Deus abençoasse o Plínio nessa nova etapa, afirmando que sua vida estava apenas começando e que, após encerrar sua trajetória profissional com sucesso, poderia aproveitar a aposentadoria. O Presidente **Flávio Roberto Alves de Brito** também se manifestou, parabenizando o vereador Robinho pela proposição e destacando que todos os vereadores estavam se posicionando favoravelmente diante da forma como Plínio sempre conduziu seu trabalho como servidor público na comarca de Rio Verde. Afirmou que Plínio foi exemplo de bom funcionário público e que certamente contribuiu muito para o Município. Pediu permissão para subscrever a Moção e afirmou acreditar que todos os vereadores poderiam participar da homenagem. Encerrada a discussão, a Moção foi colocada em votação e aprovada. O vereador **Robson Rodrigues Machado** apresentou um requerimento solicitando informações sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos profissionais da educação, especialmente quanto à situação dos servidores que aguardavam encaminhamentos relacionados à aposentadoria. Questionou quando a matéria seria encaminhada à Câmara Municipal e solicitou informações oficiais sobre o andamento da questão. O requerimento foi submetido à discussão, não havendo discussão, foi colocado em votação e aprovado. Finalizou desejando a todos um ótimo transcorrer de semana. O vereador **Joanes Pimentel Vieira** fez uso da palavra, destacando inicialmente que os vereadores são constantemente cobrados pela população e que, quando alguém decide ingressar na política, precisa estar disposto a ouvir as cobranças e críticas dos cidadãos. Afirmou que considera importantes as críticas construtivas, pois ajudam o vereador a identificar os problemas e buscar soluções. Apresentou requerimento solicitando informações sobre a construção de uma sala de aula na Escola Municipal Cívico-Militar. Informou que a obra teria valor aproximado de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e solicitou esclarecimentos quanto ao tamanho da sala, projeto, materiais utilizados, mão de obra, orçamento, origem dos recursos, empresa responsável pela execução, processo licitatório e demais informações relacionadas à obra. Ressaltou que não estava acusando ninguém de irregularidade e que seu objetivo era simplesmente obter informações oficiais e exercer a função fiscalizatória do vereador. Afirmou que, se existem recursos públicos envolvidos, a população tem o direito de saber como o dinheiro está sendo utilizado. Demonstrou preocupação com o andamento da obra e afirmou que gostaria de ver a sala funcionando no próximo ano, pois, diante do ritmo dos trabalhos, entendia que provavelmente a construção não seria concluída naquele ano. Pediu o apoio dos demais vereadores para a aprovação do requerimento. O requerimento foi colocado em discussão. Não havendo manifestação, foi colocado em votação e aprovado.

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

Na sequência, apresentou outro requerimento, desta vez direcionado à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando informações sobre a contratação do médico Luiz Alberto Ovando Filho e possíveis contratos relacionados a empresas vinculadas a ele. Explicou que o assunto havia gerado repercussão e que a população havia procurado o vereador em busca de esclarecimentos. Afirmou que considerava justo que a Câmara apresentasse uma resposta baseada em documentos e informações oficiais sobre o que realmente estava acontecendo. Relatou que notícias divulgadas pela imprensa haviam mencionado contratos envolvendo valores expressivos e afirmou que pretendia obter os documentos para analisar a contratação. Destacou que vereadores de diferentes gestões haviam buscado recursos federais para a saúde do Município e que, justamente por isso, considerava necessária uma prestação de contas e o acesso às informações sobre a utilização dos recursos públicos. Pediu informações à Secretária Municipal de Saúde e ao Prefeito. O requerimento foi submetido em discussão, vereador **Amauri Olartechea** afirmou que a matéria publicada pelo Campo Grande News era, em sua avaliação, tendenciosa, pois teria destacado principalmente o valor do contrato sem apresentar adequadamente sua finalidade e o período de vigência. Explicou que o contrato objeto do requerimento poderia ser consultado no Portal da Transparência. Informou que, segundo os documentos mencionados em sua fala, o contrato havia sido assinado em 18 de setembro de 2025, relacionado ao processo nº 639/2025, e que a contratação havia sido realizada por inexigibilidade de licitação. Explicou que o profissional teria prestado o serviço durante um ano e que posteriormente teria ocorrido um aditivo prorrogando o contrato por mais um ano. Mencionou o valor mensal aproximado de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) e explicou que, considerando o período de dois anos, os valores poderiam chegar a aproximadamente R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Ressaltou, entretanto, que, em sua avaliação, o valor deveria ser analisado diante de tudo o que teria sido prestado pelo profissional à população. Defendeu o trabalho do Dr. Luiz Ovando Filho e afirmou que existiam relatos de pessoas do Município que teriam sido beneficiadas por sua atuação, inclusive com vidas que, segundo ele, teriam sido salvas por meio de orientações, atendimentos e intervenções realizadas pelo médico. Explicou que o contrato específico com o Hospital Municipal seria de assessoria, afirmando que o profissional presta orientação e assessoria aos demais profissionais da saúde e que seu trabalho teria contribuído para o atendimento da população. Criticou a matéria jornalística, classificando-a como tendenciosa e de cunho político, por entender que teria sido utilizada para prejudicar a imagem da gestão municipal e do profissional. Afirmou que o Município possui relatos de atendimento satisfatório e defendeu que o Dr. Luiz Ovando Filho é profissional de excelência, atua na Santa Casa, é professor de Medicina e vem contribuindo para a saúde de Rio Verde. Declarou que era favorável à obtenção das informações, mas que considerava necessário esclarecer o contexto da contratação e não permitir que o assunto fosse utilizado para atacar a administração municipal ou o profissional. O vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** agradeceu a oportunidade de se manifestar. Afirmou que concordava com o requerimento e com a necessidade de transparência, destacando que essa é uma das funções dos vereadores. Disse que, durante a campanha, os vereadores afirmaram que fiscalizariam o Poder Executivo e que, portanto, solicitar informações era correto. Afirmou que a fiscalização não deveria ser confundida com tentativa de descredibilizar o profissional. Em

LIDO EM 15/09/2026

APROVADO EM 15/09/2026

referência à fala de Amauri, afirmou que considerava a situação um exemplo de "teatro político", questionando o fato de o médico ser filho de um deputado federal e a utilização dessa circunstância para colocar em dúvida sua atuação profissional. Declarou que o fato de o pai do médico ser deputado não deveria ser utilizado para questionar a competência do filho. Afirmou que o deputado possui recursos destinados a diversos municípios de Mato Grosso do Sul e que não seria correto utilizar a condição de filho de parlamentar para tentar descredibilizar o profissional. Afirmou que, segundo sua percepção, o Dr. Luiz Ovando Filho é um médico competente e que, ao visitar o Hospital Municipal, encontra pessoas elogiando seu trabalho. Disse que o profissional também estaria contribuindo em unidades de saúde e que, apesar de possuir posição política favorável à gestão municipal, continuaria apontando os problemas que considerasse errados. Em sua avaliação, a contratação do médico não representava uma irregularidade e que a tentativa de transformar o caso em um problema político seria uma forma de "politicagem". Disse que considerava injusto utilizar a contratação para atingir a imagem do médico ou da administração municipal. O vereador **Robson Rodrigues Machado** também participou da discussão. Esclareceu que não discordava do requerimento apresentado por Joanes, mas que gostaria de fazer uma consideração a partir da fala de Yhgor Chagas. Relatou que recebeu muitas mensagens em seu telefone após a divulgação das notícias e que procurou entender o que realmente estava acontecendo. Afirmou que, em sua opinião, determinados veículos de comunicação podem divulgar informações de maneira que favoreça seus próprios interesses. Defendeu o Dr. Luiz Ovando Filho, dizendo que teve oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e que se trata de professor universitário, cardiologista da Santa Casa, profissional reconhecido e respeitado, que já recebeu diversos prêmios. Relatou casos de pessoas do Município que teriam procurado o vereador para contar que foram atendidas pelo médico em situações de emergência. Citou, como exemplo, uma pessoa que estaria passando por problema cardíaco e que teria sido atendida pelo médico em situação de emergência, inclusive com necessidade de encaminhamento para Campo Grande e busca de vaga zero. Também afirmou que outras pessoas, entre elas Dona Maria, de Sr. Antônio, teriam relatado situações semelhantes, e destacou que o médico também estaria visitando os postos de saúde e as unidades de Estratégia de Saúde da Família do Município. Afirmou que não se deveria utilizar a imprensa para tentar denegrir a história profissional do médico por causa da candidatura de seu pai a deputado. Declarou seu respeito ao profissional e seu repúdio a qualquer ação que, em sua avaliação, tivesse como objetivo prejudicar a imagem de um médico que estaria prestando serviços à população de Rio Verde. Ainda em discussão, o vereador **Nivaldo Henrique Pereira de Almeida**, afirmou estar surpreso com a maneira como alguns colegas estavam defendendo o profissional e criticando um site de notícias por divulgar informações relacionadas a um contrato público. Afirmou que, quando um contrato é realizado com dinheiro público, sua divulgação é legítima e que os veículos de comunicação têm o direito de noticiar esses fatos. Disse que a matéria não necessariamente teria denegrido ninguém e que, se houvesse alguma irregularidade, caberia aos órgãos competentes investigar. Explicou que o contrato mencionado se tratava de assessoria, e não de contratação comum de médico, e ressaltou que já havia solicitado ao Município todos os contratos de assessoria realizados desde 1º de janeiro de 2025 até aquele momento, mas

LIDO EM 15/09/2026

APROVADO EM 15/09/2026

ainda não havia recebido as informações. Afirmou que a Câmara não poderia ficar de braços cruzados diante das situações apresentadas pela população e que os vereadores tinham a obrigação de fiscalizar. Defendeu a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, dizendo que o veículo de comunicação apenas havia divulgado informações sobre um contrato público. Informou que, se o contrato estivesse correto, não haveria motivo para preocupação, pois a documentação demonstraria sua regularidade. Ressaltou que o dinheiro utilizado era público e que o Prefeito e os responsáveis pelo recebimento e execução do contrato deveriam prestar contas. Também mencionou que já havia ocorrido, anteriormente, situações em que vereadores haviam buscado informações sobre o comparecimento de médicos e sobre contratos, afirmando que a fiscalização deveria ser mantida independentemente de posicionamentos políticos. Pediu para subscrever o requerimento de Joanes e afirmou que não era possível dizer se um contrato estava certo ou errado sem ter acesso aos documentos. Solicitou ainda à Mesa Diretora que cobrasse do Poder Executivo as respostas aos requerimentos que já haviam ultrapassado o prazo. Vereador **José Armando da Fonseca** defendeu a atuação do médico e afirmou que o assunto poderia estar sendo utilizado politicamente para atingir a administração municipal e o profissional em razão da atuação política de seu pai. Vereadora **Vanilda Lopes dos Santos** manifestou-se sobre o assunto, destacando a atuação profissional do Dr. Luiz Ovando Filho e afirmando que ele atende inclusive nos finais de semana. Ressaltou que pessoas acompanhadas por ele, especialmente na área de cardiologia, reconhecem seu trabalho. Mencionou também a comparação feita com os valores recebidos por outros médicos e afirmou que seria necessário considerar quanto os profissionais recebiam anos atrás para que a análise pudesse ser feita de forma adequada. Em sua avaliação, os valores atuais precisariam ser comparados com a realidade da remuneração médica de períodos anteriores. Afirmou que, se o assunto estava causando incômodo, seria necessário compreender o contexto político, especialmente por se tratar de período eleitoral. Defendeu o trabalho do profissional e afirmou que a discussão não deveria ignorar sua atuação na área da saúde. Não havendo mais discussão o requerimento foi colocado em votação e aprovado. O vereador Joanes retomou a palavra. Afirmou que os colegas estavam cometendo um equívoco ao entender que o requerimento representaria um questionamento sobre a integridade, moral ou competência profissional do médico. Explicou que o questionamento era sobre a forma de contratação e sobre a necessidade de transparência. Ressaltou que a maioria dos médicos do Município trabalha durante todo o mês, em jornadas extensas, recebendo remunerações inferiores, e afirmou que o objetivo era entender a forma pela qual aquele contrato havia sido estruturado. Reforçou que não estava questionando a qualidade profissional do Dr. Luiz Ovando Filho, a quem reconheceu como um bom profissional. Afirmou que pretendia apenas obter informações claras e documentos oficiais. Disse ainda que a transparência deveria estar disponível no Portal da Transparência e ressaltou que ele próprio havia participado de iniciativas voltadas ao fortalecimento da transparência no Município. Lembrou que os recursos utilizados para o pagamento do contrato estavam relacionados à área da saúde e que parte dos recursos federais destinados ao Município havia sido buscada por vereadores, inclusive por ele e pelo vereador Amauri, junto ao deputado federal Luiz Ovando. Por esse motivo, defendeu que os recursos deveriam ser acompanhados e fiscalizados pela Câmara. Afirmou que os vereadores não poderiam agir como “capachos” e que

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

precisavam cumprir sua função de fiscalização e prestar informações à população. Pediu ainda mais tempo para se manifestar posteriormente pela ordem e pela liderança. Voltou a abordar o assunto e afirmou que havia lido rapidamente os requerimentos e que entendia ter havido um problema de tempo durante a discussão. Ressaltou que nunca havia faltado com educação com o Presidente e que fazia parte da Mesa Diretora, na condição de vice-presidente. Também falou sobre o evento "Primeiro Misturadão", realizado no final de semana, destacando a participação de patrocinadores, organizadores e apoiadores. Agradeceu ao Prefeito Réus Fornari, aos patrocinadores e às pessoas que contribuíram para a realização. Relatou que o evento sofreu críticas relacionadas ao barulho, mas defendeu que não se tratava de uma atividade destinada apenas aos jovens, pois contou com a presença de pessoas de diferentes idades, inclusive famílias e crianças. Afirmou que o evento foi realizado com qualidade, segurança, policiamento e documentação regularizada, rebatendo críticas de que estaria sendo realizado fora da lei. Agradeceu aos organizadores Gabriel, Fabão, Rafael Tucano, Wilber, Fabinho, Gabriel, Lino, Weberton, Flávio Brito e aos demais colaboradores da Associação de Automotivos Esporte Radicais de Rio Verde, bem como aos "titanzeiros", que ajudaram no transporte de materiais, montagem, organização e limpeza do espaço. Continuou destacando a participação das forças de segurança e das Secretarias Municipais envolvidas na realização do evento, ressaltando que a iniciativa movimentou a cidade, recebeu visitantes e teve também caráter social, com arrecadação de alimentos e outras ações em benefício da população. O vereador **Amauri Olartechea** solicitou ao secretário de Obras, Ernani da Fonseca, atenção à Rua Porfírio Lopes, no Bairro Jardim dos Estados, onde foram realizadas ligações da rede de água e de drenagem, porém não houve a reposição adequada do asfalto. Relatou que o problema persiste há meses e que os buracos estão aumentando, causando transtornos aos moradores e motoristas, especialmente por se tratar de uma via de grande fluxo, obrigando, em alguns pontos, os condutores a desviar pela contramão para evitar os buracos. Solicitou, assim, a realização de tapa-buracos e a recuperação do pavimento. Também solicitou a instalação de placas de redução de velocidade nas proximidades das escolas do município, citando como exemplo a escola Aurelino Ataide de Brito. Fez uma indicação solicitando reposição asfáltica na rua Maria Mônica Pereira de Oliveira esquina com a rua Agerson Jorge Sena no Bairro Coronel Mariano. Informou que naquele cruzamento o asfalto também está deteriorado e necessita de manutenção. Mencionou ainda a Moção de Congratulação nº 119/2026, destinada ao pastor Ronie Cezar Coeni, destacando o legado deixado pelo religioso durante os anos em que esteve à frente da igreja e os relevantes serviços prestados à população de Rio Verde. Na sequência, comentou sobre a importância das parcerias para o desenvolvimento dos municípios, ressaltando que cidades do porte de Rio Verde dependem da atuação dos vereadores junto a deputados estaduais, federais e senadores na busca por recursos, além dos valores recebidos por meio do Fundo de Participação dos Municípios. Destacou que Rio Verde apresentou crescimento populacional desde 2022 e relatou o caso de um morador que veio de Corumbá e decidiu permanecer no município, levando em consideração a segurança, a qualidade de vida e o fato de sua família ter se adaptado à cidade. Nesse contexto, parabenizou as Polícias Civil e Militar pelo trabalho realizado, ressaltando que, enquanto a população dorme, os policiais permanecem

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

trabalhando e colocando suas vidas em risco para proteger a cidade. Afirmou que o crescimento populacional também demonstra que as pessoas estão acreditando e investindo em Rio Verde. Finalizou se colocando a disposição para atender a população. O vereador **Nivaldo Henrique Pereira de Almeida** iniciou sua manifestação parabenizando o vereador Joanes Pimentel Vieira pela realização do evento "Primeiro Misturadão". Explicou que não pôde estar presente por estar com filho pequeno, mas acompanhou as imagens e recebeu relatos de pessoas que participaram. Destacou que o evento foi muito organizado, contou com grande presença de famílias e ocorreu sem situações que colocassem os participantes em risco. Ressaltou ainda que a realização do evento possibilitou a arrecadação de muitas cestas básicas e alimentos destinados a famílias que necessitam, deixando seu reconhecimento e agradecimento a todos os organizadores e colaboradores. Em seguida, retomou a discussão sobre o requerimento referente ao contrato envolvendo Luiz Alberto Ovando Filho. Esclareceu que sua manifestação não tinha como objetivo questionar a capacidade profissional do médico, pois, até aquele momento, não havia apresentado qualquer crítica relacionada ao exercício de sua profissão. Entretanto, afirmou que alguns vereadores, ao tentar defender excessivamente o prefeito ou a gestão municipal, poderiam acabar deixando de lado a função fiscalizadora da Câmara. Afirmou que o fato de o contratado ser filho de um deputado que destina emendas ao município não deveria impedir a fiscalização, pois o objeto da análise é um contrato que envolve assessoria e recursos públicos destinados à saúde. Ressaltou que, sem conhecer o teor do contrato e sem ter acesso à documentação, não seria possível afirmar se a contratação está correta ou incorreta. Disse que recebe reclamações de maneira informal e que justamente por isso considera necessário obter documentos oficiais. Afirmou ainda que, mesmo que alguns colegas não concordem com seu posicionamento, continuará exercendo sua função de vereador e apresentando os requerimentos que considerar necessários. Defendeu a liberdade de imprensa e afirmou confiar na Justiça, destacando que "quem não deve não teme" e que não haveria problema em permitir que os fatos fossem publicados e posteriormente esclarecidos. Pediu que os vereadores não misturassem questões políticas diferentes e que não julgassem antecipadamente uma situação sem possuir todas as informações. Reafirmou que a função do vereador é fiscalizar e prestar contas à população, defendendo que a análise seja feita com razão e não apenas pela emoção. Finalizou agradecendo os colegas vereadores pela pauta discutida nessa sessão. O vereador **Yhgor Chagas Correia de Melo** manifestou concordância com a fiscalização proposta por Joanes, afirmando que, ao se colocar à disposição para exercer o mandato, entendia que essa deveria ser uma das principais funções da Câmara. Ressaltou, entretanto, que existe diferença entre cobrar informações e difamar alguém, deixando claro que não estava acusando Joanes de difamação, mas fazendo uma distinção quanto à forma como o assunto vinha sendo tratado nos meios de comunicação. Lembrou que diversos vereadores, inclusive Joanes e Amauri, já estiveram várias vezes no gabinete do deputado Luiz Ovando buscando recursos para a saúde de Rio Verde, e que nunca solicitaram recursos para pagar o salário do filho do parlamentar. Criticou a manchete de uma matéria que afirmava que o "filho do deputado Luiz Ovando ganha um milhão por contrato da Prefeitura", afirmando que, segundo as informações apresentadas, o valor mensal seria de aproximadamente R$ 42.000,00 e que o contrato possuiria vigência até agosto

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

de 2027, não sendo correto afirmar simplesmente que o profissional teria recebido um milhão de reais. Afirmou considerar maldosa a forma como a matéria teria apresentado a situação, pois, segundo ele, a publicação acabou prejudicando a imagem de Rio Verde. Relatou que, durante sua passagem por Pedro Gomes no feriado da Independência, foi questionado diversas vezes sobre o que estaria acontecendo no município. Destacou que o contrato e os atos administrativos estão disponíveis no Portal da Transparência e que, portanto, não se trataria de uma contratação secreta. Declarou ainda que, como presidente da Comissão de Saúde e usuário do SUS, conhece a atuação do médico Luiz Ovando Filho. Relatou que, quando utiliza o Hospital Municipal, já presenciou o profissional atendendo pacientes e que também o encontrou no ESF do Jardim Semíramis auxiliando médicos. Afirmou que, caso o profissional não trabalhasse, fosse incompetente ou estivesse fazendo mau uso de recursos públicos, seria o primeiro a concordar com as críticas, mas que, diante de sua experiência pessoal, entendia ser necessário diferenciar a fiscalização legítima de uma acusação baseada apenas em uma matéria jornalística. Solicitou atenção do secretário de Obras, Ernani da Fonseca, para a situação de limpeza no Bairro Professora Petrolina, relatando que o local se encontrava com grande quantidade de sujeira e que a população vinha reclamando. Também solicitou reparos em trecho da Rua Santos Dumont, nas proximidades da Secretaria de Obras. Em seguida, utilizou seu tempo no Grande Expediente para tratar do Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, celebrado em 10 de setembro. Destacou a importância das campanhas de conscientização realizadas durante o mês e afirmou que a saúde mental é uma causa que deve ser tratada com responsabilidade e continuidade. Ressaltou que, quando uma determinada ação passa a integrar uma política pública, ela deixa de depender da vontade pessoal do gestor ou do secretário e passa a ser uma responsabilidade institucional. Destacou que uma pessoa em sofrimento emocional não escolhe o horário em que sentirá sua dor, podendo isso ocorrer durante o horário de almoço, à noite ou na madrugada, justamente no momento em que acredita não existir mais saída. Por esse motivo, afirmou que as ações de prevenção precisam ser permanentes e acessíveis. Reforçou que o suicídio é um problema de saúde pública e deve ser enfrentado com responsabilidade, humanidade e continuidade. Mencionou também a campanha desenvolvida com sua esposa, Tatiane, ressaltando que, naquele ano, o lema seria voltado para a ideia de "ser luz na sua própria vida", explicando que, antes de tentar ser luz na vida de outras pessoas, cada indivíduo precisa aprender a cuidar da própria vida. Alertou ainda para a necessidade de compreender que nenhuma função profissional é maior que a vida humana. Observou que, diante da morte de uma pessoa, no serviço público uma portaria de vacância pode ser publicada e outra pessoa nomeada, enquanto na iniciativa privada pode ser realizada nova contratação, mas nada disso substitui a vida perdida. Reafirmou, portanto, que ninguém deve considerar-se insubstituível profissionalmente a ponto de colocar a própria vida em segundo plano. Ao final, ressaltou a importância de os onze vereadores permanecerem unidos, mesmo quando houver divergências de opinião, destacando que em determinados momentos um vereador pode concordar e, em outro, discordar de um colega. Afirmou que o mais importante é esclarecer os fatos à população para evitar interpretações de que os vereadores estariam sendo comprados ou agindo por interesses particulares. Reiterou que, no caso discutido, não havia feito qualquer crítica ao deputado Luiz Ovando, a quem

WASHINGTON

LIDO EM 15/09/2026

APROVADO EM 15/09/2026

reconheceu como um dos parlamentares que mais destinou recursos para Rio Verde. O vereador **Flavio Roberto Alves de Brito** destacou a contribuição de diferentes pessoas e setores para a realização do "Primeiro Misturadão", ressaltando que o evento também trouxe movimentação turística para o município. Explicou que participaram pilotos de diferentes modalidades, inclusive de outros Estados, com apresentações de som automotivo, manobras de veículos preparados e motocicletas, realizadas em espaços delimitados e com organização para garantir a segurança dos presentes. Ressaltou que o evento recebeu famílias, praticantes e simpatizantes de diferentes modalidades esportivas e afirmou que cada pessoa possui sua própria preferência, assim como há quem goste de voleibol, karatê, futebol, laço ou outras atividades. Defendeu que o município deve compreender essa diversidade e oferecer espaços adequados para diferentes formas de esporte e lazer. Agradeceu aos organizadores, patrocinadores, membros da associação e aos participantes, destacando que a realização do evento contribuiu para divulgar Rio Verde e movimentar a cidade. Também destacou a aprovação, por unanimidade, do projeto que permite à Comunidade COP permanecer por mais vinte anos utilizando sua sede, ressaltando a importância da instituição para as crianças e famílias atendidas. Afirmou que, desde o início de sua atuação como vereador, procura destinar emendas impositivas à instituição e que pretende continuar contribuindo enquanto estiver no Legislativo. Ressaltou que a aprovação do projeto beneficia os profissionais da COP, os pais, as crianças e, consequentemente, toda a população rioverdense. Também lembrou a solenidade do Sete de Setembro, destacando o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Estado de Mato Grosso do Sul e de Rio Verde. Parabenizou os vereadores e servidores envolvidos e destacou a participação dos alunos da Escola Cívico-Militar, ressaltando o trabalho desenvolvido pela instituição na formação e no patriotismo dos estudantes. Declarou orgulho de ser brasileiro, sul-mato-grossense e rioverdense. O vereador **Carlos da Rocha Pontes** apresentou indicações relacionadas à infraestrutura urbana, solicitando atenção para ruas com buracos e problemas de tráfego. Reforçou pedido de manutenção para o Bairro Jardim José Antônio, relatando que o pavimento se encontra bastante deteriorado e que, em algumas esquinas, já existem grandes crateras. Também mencionou pedidos anteriores relacionados ao Bairro Campo Alegre e à Rua Pernambuco. Acompanhando a discussão sobre o contrato de Luiz Ovando Filho, afirmou que já pretendia solicitar o documento para análise, especialmente porque havia recebido centenas de mensagens da população sobre o assunto. Destacou que todo cidadão tem o direito de pedir informações e que os vereadores foram eleitos para representar e fiscalizar. Afirmou que não estava atacando ninguém nem fazendo política com o caso, mas buscando conhecer os fatos. Explicou que, somente depois de analisar o contrato, poderia dizer se havia alguma irregularidade ou se o valor seria ou não justificável. Ressaltou que a imprensa pode acertar ou errar e que existem diferentes formas de atuação jornalística, inclusive veículos que podem apresentar informações de maneira tendenciosa. Por isso, considerou necessário obter os documentos e esclarecer a situação para a população, que, segundo ele, é a principal interessada nos atos praticados pelo Poder Executivo. Reafirmou que a Câmara tem obrigação de solicitar as informações e exercer sua função fiscalizadora. Comentou questões relacionadas a denúncias e ao Ministério Público, afirmando que não condiciona seu mandato a emprego, dinheiro ou qualquer benefício.

LIDO EM 15/09/2026

APROVADO EM 15/09/

Disse que sempre trabalhou e que sua atividade profissional não determina sua atuação legislativa. Afirmou que sua autoridade decorre de Deus e que não deixaria de exercer seu mandato por causa de denúncias ou pressões. Ressaltou que seu trabalho legislativo é baseado no diálogo e na coletividade, lembrando que a Câmara é formada por onze vereadores e que as decisões devem ser construídas por meio do diálogo. Ao final, parabenizou Fabão, Gabriel, Rafael e os demais envolvidos no "Primeiro Misturadão", destacando que, mesmo sem recursos públicos elevados, o evento reuniu grande número de pessoas e foi organizado de maneira satisfatória. Afirmou acreditar que novas edições poderão ser realizadas em Rio Verde e destacou como ponto positivo o fato de o evento ter sido encerrado às 20 horas, respeitando a comunidade local. A vereadora **Vanilda Lopes dos Santos** agradeceu ao secretário de Obras, Ernani da Fonseca, e reforçou pedidos de limpeza e retirada de entulhos. Também reforçou a solicitação apresentada pelo vereador Amauri referente à Rua Porfírio Lopes, no Jardim dos Estados, relatando que a pavimentação foi prejudicada após a realização de obras de rede de esgoto e que o local se transformou em uma grande cratera, causando transtornos à população. Parabenizou os novos empreendedores do município, ressaltando que novos negócios representam geração de empregos, renda e oportunidades para a população. Também parabenizou a Comunidade São Francisco de Assis pelo evento realizado e relatou ter participado juntamente com sua família. Sobre as comemorações do Sete de Setembro, elogiou o secretário de Educação, os professores e todos os envolvidos, destacando a participação das crianças e a importância da iniciativa. Em relação ao "Primeiro Misturadão", afirmou que todo evento esportivo é bem-vindo, pois as pessoas possuem diferentes preferências. Destacou que nem todos irão gostar das mesmas modalidades, mas que isso não deve impedir sua realização, especialmente quando o evento possui uma finalidade social. Ressaltou a arrecadação de alimentos não perecíveis e afirmou que o mais importante era o propósito de ajudar o próximo. Defendeu a realização de novas edições, desde que em local apropriado. O vereador **Washington Jefferson de Castro** apresentou indicação solicitando a manutenção e recuperação da Ponte Nereu Coelho, afirmando que a estrutura se encontra em condições preocupantes e próxima de apresentar problemas mais graves. Ressaltou que uma van escolar utiliza a ponte diariamente e que sua recuperação é necessária para garantir a segurança de todos que passam pelo local. Agradeceu ainda ao secretário de Obras e à equipe pelo atendimento de demandas anteriores relacionadas à área rural e aos produtores e estudantes da região. Solicitou também a instalação de uma cobertura em local utilizado por pessoas que aguardam transporte, destacando que moradores ficam expostos ao sol, à chuva e ao frio. Relatou ter encontrado uma criança aguardando aproximadamente três horas por uma carona e afirmou que uma estrutura simples poderia proporcionar maior conforto e segurança à população, aos trabalhadores e aos caminhoneiros que utilizam o local. Apresentou ainda pedido de manutenção no acesso entre a Colônia Paredes e a BR-163, relatando a existência de erosões e buracos que estariam sendo tapados pelos próprios moradores com entulhos. Comentou também sobre dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Obras na manutenção das estradas rurais, citando problemas em máquinas utilizadas nos serviços. Aproveitou para orientar a população quanto ao descarte de vidros quebrados. Pediu que garrafas, copos e outros objetos de vidro sejam colocados dentro de garrafas PET cortadas e devidamente amarradas antes de serem

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

colocados para coleta, relatando que um trabalhador teria sofrido corte com vidro descartado de forma inadequada. Ressaltou a importância de proteger os trabalhadores responsáveis pela coleta de lixo. Também comentou sobre a estrutura das unidades de saúde e afirmou esperar que as melhorias observadas em determinados postos sejam igualmente realizadas no Hospital Paulino Alves da Cunha, especialmente em relação às camas e poltronas. Relatou que já permaneceu diversas noites no hospital e observou poltronas rasgadas, demonstrando preocupação com o conforto dos pacientes e acompanhantes. Disse que seu mandato não é construído em quatro paredes, mas nas ruas e no contato com as pessoas, definindo sua atuação como um "gabinete móvel na rua". **Pela Ordem:** Vereador **Joanes Pimentel Vieira** voltou a falar sobre o "Primeiro Misturadão" e agradeceu a colaboração de todos os envolvidos na realização do evento. Destacou especialmente os chamados "titanzeiros", afirmando que esses participantes muitas vezes são discriminados e rotulados como marginais, mas que, na realidade, são trabalhadores que praticam um esporte diferente. Defendeu que essas pessoas tenham espaço para praticar suas atividades, desde que os eventos sejam realizados em locais apropriados e com segurança, afirmando que terão seu apoio. Agradeceu ao comandante da Polícia Militar, Tenente Melo, e toda a guarnição; à delegada Daniele e à Polícia Civil; ao Corpo de Bombeiros; às Secretarias de Turismo, Finanças e Obras; ao secretário Hernani da Fonseca e sua equipe; e aos demais servidores que contribuíram para a regularização e realização do evento. Ressaltou que não houve acidentes dentro do Parque de Exposições e que o local recebeu grande quantidade de famílias, jovens e visitantes de outras cidades e Estados. Afirmou que aproximadamente 80% do público seria de fora do município, mencionando visitantes de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Campo Grande e outras cidades da região. Destacou que os hotéis ficaram movimentados e que o evento contribuiu para o turismo e a economia local. Afirmou ainda que o evento estava devidamente regularizado, contrariando manifestações nas redes sociais que diziam que a realização estaria fora da legalidade. Defendeu a importância de o município oferecer opções de entretenimento e esporte para a população, especialmente para evitar que jovens permaneçam nas ruas sem alternativas de lazer. Informou que o evento passará a integrar o calendário municipal e deverá ser realizado anualmente. Ressaltou que a experiência demonstrou ser possível realizar um evento desse porte com organização, responsabilidade e sem utilização de recursos públicos, destacando a participação de aproximadamente setenta patrocinadores. Agradeceu aos vereadores Flávio Brito e Carlos Pontes pelo apoio direto e afirmou que a postura dos demais vereadores também contribuiu para que o evento pudesse ocorrer. Reforçou que a finalidade social do evento foi a arrecadação de alimentos e convidou qualquer pessoa a indicar famílias carentes que necessitem de cestas básicas, afirmando que os alimentos serão destinados a essas famílias com carinho e respeito. Destacou que a iniciativa não teve como finalidade fazer política, mas proporcionar lazer, esporte, turismo e, principalmente, ajudar pessoas necessitadas. Por fim, agradeceu novamente aos órgãos públicos e às equipes responsáveis pela documentação do evento, mencionando a participação da Secretaria de Turismo, Secretaria de Obras e demais setores. Informou que o prefeito municipal também auxiliaria no pagamento de uma taxa pendente do Corpo de Bombeiros, que não havia sido emitida anteriormente em razão de problema no sistema, para que a documentação fosse concluída. Registrou ainda o trabalho

WASHINGTON

LIDO
EM 15/09/2026

APROVADO
EM 15/09/2026

realizado pelo engenheiro responsável pelo projeto e pelos servidores envolvidos na regularização. O Presidente **Flavio Roberto Alves de Brito** agradeceu a audiência e presença de todos e não havendo mais nada a tratar declarou encerrada a Sessão Ordinária do dia oito (08) de setembro do Ano de Dois Mil e Vinte e Seis (2026). Autorizou que lavrasse esta Ata que depois de lida e achada conforme será aprovada e assinada pelo Presidente, 1º Secretário e demais Vereadores presentes.

Flávio Roberto Alves de Brito-Presidente

Joanes Pimentel Vieira – 1º Vice-Presidente

Robson Rodrigues Machado– 2º Vice-Presidente

Amauri Olartechea – 1º Secretário

José Armando da Fonseca – 2º Secretário

Carlos da Rocha Pontes

LIDO
EM 15/09/2026

Laurindo Luiz Marchezan

APROVADO
EM 15/09/2026

Nivaldo Henrique Pereira de Almeida

Vanilda Lopes dos Santos

Washington Jefferson de Castro

Yhgor Chagas Correia de Melo